



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA



## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS MINUTAS DE EDITAL E CONTRATO REFERENTES AO PROCESSO DE LICITAÇÃO, CUJO OBJETO É CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À VISITAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS NO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E NA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA, INCLUINDO O CUSTEIO DE AÇÕES DE APOIO À CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO E GESTÃO

Data: 29 de maio de 2025, de 14 às 18h.

Local: Auditório da Sede do ICMBio, em Brasília.

Gravação disponível no canal do ICMBio no Youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=V\\_4HC9Iolxc](https://www.youtube.com/watch?v=V_4HC9Iolxc)

A Audiência pública contou com a moderação da Fabiana Castro, que fez as considerações iniciais acerca das regras de convívio, duração do evento e programação. Houve esclarecimentos iniciais sobre os canais de divulgação do evento, e em seguida a apresentação dos integrantes da mesa técnica da sessão de Audiência Pública, composta pelos seguintes membros:

- Iara Vasco Ferreira, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (ICMBio)
- Viviane de Faria, Diretora do Departamento de Investimento, Crédito, Parcerias e Concessões no Ministério do Turismo
- Andrey Goldner Baptista Silva, Secretário Adjunto de Projetos Especiais do Programa de Parcerias de Investimento (PPI)
- Ludmila Costa da Silva, Gerente do Departamento de Projetos e Soluções de Infraestrutura Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Fábio dos Santos Miranda, Chefia da Floresta Nacional de Brasília (ICMBio)
- Larissa Moura Diehl, Chefia do Parque Nacional de Brasília (ICMBio)

A Sra. Iara Vasco abriu o evento destacar a importância da participação social, reforçando que se trata de um projeto sobre a concessão dos serviços de visitação no Parque Nacional e na Floresta Nacional de Brasília, e que o ICMBio continua fazendo a gestão das unidades. Relatou ainda que a audiência pública do dia anterior, ocorrida em Taguatinga, teve 600 visualizações online, e que o objetivo do evento é obter o máximo de contribuições para a melhoria da proposta.

A Sra. Larissa Diehl destacou a importância do momento de participação e de exercício da democracia. Asseverou que a visitação é uma ferramenta de conservação. Destacou que a concessão de serviços é uma ferramenta para ter mais eficiência na gestão, e que o ICMBio tem mais de 20 anos de aprendizado desde a concessão do Parque Nacional do Iguaçu. Destacou que hoje em dia há a possibilidade de ter recursos

arrecadados revertidos para atividades carentes de recursos, e que a concessão permite uma melhoria na prestação do serviço, o que representa um aprimoramento em relação aos seis contratos atualmente existentes no Parque Nacional, que passam por problemas que as pessoas desconhecem, como descumprimentos contratuais e trabalhistas, resultando em serviços inadequados. Afirmou que atualmente a arrecadação de ingresso não é revertida em melhorias diretas ao Parque e que isso deve ser revertido. Por fim, fez votos de que o evento contribua para o diálogo.

O Sr. Fabio dos Santos Miranda destacou a importância das instâncias de participação - que não se limitam à audiência pública e envolvem também as conversas no dia a dia das unidades – para a busca por soluções aos desafios na gestão das unidades de conservação. Reforçou que o objetivo é que as unidades cumpram sua missão de maneira efetiva, e que as pessoas se aproximem da conservação, por meio de uma visitação ordenada. Teceu votos de que haja um bom diálogo durante o evento.

A Sra. Viviane de Faria pontuou que a atividade turística acontece com a parceria público-privada, pois os destinos são públicos, mas os serviços são prestados por entes privados. Afirmou que o Distrito Federal tem vocação não apenas para o turismo cívico e arquitetônico, mas também para o turismo na natureza, a exemplo das rotas divulgadas pela SETUR, que incluem o Parque Nacional e a Flona, bem como o Jardim Botânico, e o zoológico. Alegou que os turistas de negócios, que vem durante a semana, buscam alternativas aos fins de semana, como a Chapada dos Veadeiros e a Serra dos Pirineus, e que são potenciais visitantes do Parque. Esclareceu que o Ministério trabalha sob a premissa do turismo responsável, e que por meio dos Parques Nacionais, pode ser estimulado um ciclo virtuoso para o turismo sustentável. Informou também sobre a presença do Coordenador Geral de Parcerias e Concessões, Sr. Rafael Morgado.

O Sr. Andrey Goldner expôs que as parcerias objeto da audiência pública são projetos que estão qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal, vinculados à Presidência da República, e que pelo fato de estar qualificado, são projetos prioritários para o Governo Federal, com o acompanhamento da Casa Civil para que todo o governo apoie a estruturação desse projeto. Reforçou que os projetos foram balizados nos planos de manejo e plano de uso público, que contemplam as peculiaridades de cada unidade. Destacou a parceria com o BNDES, no papel de estruturador, e reforçou a importância da participação de todos e o pedido para que todos permaneçam até o final e possam contribuir com o processo.

A Sra. Ludmila Costa da Silva destacou que o projeto se encontra em elaboração na parceria entre o BNDES e o ICMBio desde 2021, com o mapeamento das necessidades e soluções complexas para o aprimoramento da gestão do uso público nessas duas unidades. Reforçou a importância da audiência pública, destacando que o objetivo é colher percepções e propostas para melhorar o projeto, e que ainda não há versões definitivas. Destacou que, na audiência realizada no dia anterior, muitas contribuições foram levantadas e que posteriormente serão feitos os esforços para contemplar todas as manifestações. Solicitou ainda, que todos possam ouvir e contribuir, tanto na audiência quanto por meio do formulário online.

Feitas as falas introdutórias por cada um dos integrantes da mesa, foi dada oportunidade de fala a um contribuinte presente, que alegou ter uma questão de ordem para compartilhar.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	<p>Sr. João Carlos Machado, representante Movimento de Apoio ao Caminho do Planalto Central e do Fórum de Defesa das Águas.</p> <p>Sra. Lúcia, representante do Fórum de Defesa das Águas no Ambiente e do Clima no Distrito Federal.</p>
Objeto:	<p>O Sr. João Carlos e a Sra. Lúcia realizaram a leitura de um documento para registro.</p> <p>No documento, lido na íntegra, os manifestantes relatam que o Ministério Público Federal fez recomendações ao ICMBio a respeito do processo de divulgação da audiência pública, com as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) extensão o prazo do envio de contribuições por escrito, acrescentando 30 dias ao menos, a contar da data de realização das audiências;</li><li>(ii) inclusão no cronograma de consulta pública de etapa de divulgação das sugestões recebidas e da respectiva análise, com indicação de como essas sugestões serão consideradas na formulação da versão final do instrumento convocatório;</li><li>(iii) refazimento do material de divulgação na internet, redes sociais e quaisquer outros meios, indicando como a sociedade pode participar de fato da consulta pública sem utilizar termos que induzam a população enquanto a determinado juízo de valor em relação ao objeto da consulta;</li><li>(iv) adoção de medidas de divulgação da consulta pública não apenas em meios eletrônicos, mas também na versão escrita a ser disponibilizada na entrada, no interior das unidades de conservação afetadas pela concessão; e</li><li>(v) definição de novas audiências, com novas datas para as duas audiências públicas agendadas para os dias 28 e 29, estabelecendo um período mínimo de 15 dias entre a efetiva divulgação da consulta e a realização das duas audiências.</li></ul> <p>Tendo isso em vista, mencionou que o ICMBio publicou nas redes sociais informações com alteração das datas da consulta pública acompanhadas de nota em texto, no entanto mantendo as audiências marcadas para os dias 28 e 29.</p> <p>Expôs que, no entender dos contribuintes, permanece gravemente prejudicado o direito da sociedade às informações claras e suficientes para que as pessoas possam compreender e se manifestar diante de um projeto de tamanha relevância para toda a comunidade de cerca de 4,2 milhões de habitantes do DF e entorno, na medida em que perdem seus direitos ao lazer e ao esporte, que podem ter seus direitos ao lazer e ao esporte em contato com a natureza prejudicados.</p> <p>Além disso, entende que há risco potencial de desinformação, compreensão equivocada e enviesada, que as pessoas não teriam</p>

	<p>condições de contribuir de forma legítima sem o risco de estarem se manifestando de forma contrária à sua própria vontade. Alegou que a proposta traz política tarifária que contradiz o consolidado na Portaria nº 256/2020, e que os materiais divulgados possuem linguagem obscura e sem objetividade, induzindo a juízo de valores.</p> <p>Com isso, pleiteou o cancelamento das audiências públicas.</p>
--	--

A Sra. Iara Vasco se manifestou no sentido de esclarecer que foi realizada uma avaliação técnica das recomendações do MPF, e que em função destas recomendações foram feitas duas prorrogações de prazo da consulta pública, que as audiências foram marcadas para o dia 28 e 29 já atendendo a pedidos do próprio Sr. João, pois a audiência seria marcada inicialmente para início de maio, além do agendamento de uma terceira audiência, com antecedência compatível com o solicitado pelo MPF. Declarou que houve comunicação formal ao MPF sobre as medidas adotadas. Ressaltou que o momento de audiência pública é o momento adequado para apresentar uma proposta e colher sugestões e críticas. Asseverou que foi agendada uma reunião com os representantes do Caminhos do Planalto Central e do Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, que se recusaram a ouvir a proposta de projeto. Ressaltou que foram feitas reuniões bilaterais com diversas pessoas impactadas pelo projeto. Ressaltou que realizaram as divulgações da consulta pública conforme a legislação, no Diário Oficial da União, página virtual do ICMBio e dos parceiros. Ressaltou o quanto foi importante ouvir as ponderações e sugestões das pessoas que permaneceram na audiência pública realizada no dia anterior e que as contribuições seriam contempladas no projeto. Por fim, negou o pleito do Sr. João Carlos Machado, convidando a todos que permanecessem na audiência para ouvir a proposta e participar do debate.

A Sra. Roberta Barbosa, Coordenadora de Estruturação das Delegações de Serviços de Apoio à Visitação nas Unidades de Conservação do ICMBio, pontuou que o órgão atendeu todas as recomendações do Ministério Público Federal – MPF, o que não significou reconhecimento de falha no processo e sim aprimoramento para um alcance maior. Esclareceu que as audiências públicas já tinham sido divulgadas e foi agendada outra audiência pública para o dia 12/06 para ampliar a participação. A divulgação e os prazos foram cumpridos de acordo com a lei. A representante detalhou o histórico da abertura da consulta pública e das duas prorrogações, com as informações das datas e meios de divulgação, totalizando 105 dias de consulta pública. Além disso, pontuou as diversas reuniões bilaterais realizadas com os diversos impactados pelo projeto. Explicou, ainda, que seria feita na presente audiência uma apresentação com a proposta inicial e seria dedicado tempo para debatê-la. Convidou a todos para permanecer e esclarecer as eventuais dúvidas, após a apresentação do projeto.

O Sr. João Carlos Machado declarou lamentar a ausência de um diálogo amplo com a sociedade e que, em sua visão, o ICMBio deveria convidar membros do conselho e da comunidade a discutir o projeto desde a

sua origem, como foi feito com os Planos de Manejo. Asseverou ainda que este Parque possui um perfil de visitação distinto do que é observado em parques como Fernando de Noronha ou Iguaçu, conforme comparações feitas pelo ICMBio, e que a população será prejudicada pela cobrança de ingressos na faixa dos R\$ 40,00, conforme proposto pela modelagem. Afirmou, por fim, que se retiraria da audiência alegando não reconhecer sua legitimidade, movimento que foi acompanhado por outra contribuinte, representante da Associação Arayara de Educação e Cultura.

Feitas essas primeiras manifestações, a audiência seguiu, sendo, então, realizada apresentação pelo Sr. Carlos Henrique Velásquez, analista ambiental do ICMBio. Em síntese, a apresentação abordou os seguintes pontos:

- a forma de delegação em unidades de conservação;
- o que é concessão e sua diferença para privatização;
- o que são contratos de concessão;
- a visitação atual do Parque e da Floresta Nacional de Brasília;
- os aspectos do plano de manejo Parque e da Floresta Nacional de Brasília;
- os aspectos relevantes do plano de uso público de cada unidade;
- o diagnóstico técnico das unidades;
- as especificidades do contrato de concessão proposto para o caso;
- serviços obrigatórios;
- política de ingressos (gratuidades e descontos);
- grandes números do projeto (total a ser investido, empregos gerados, total das despesas estimadas);
- os encargos acessórios;
- os investimentos a serem realizados;
- as áreas de visitação e a respectiva classificação no plano de manejo;
- o cronograma do projeto.

Ato seguinte foi aberta a rodada de perguntas/manIFESTAÇÕES.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Raquel Milano, representante do Instituto Oca do Sol
Objeto:	<p>A Sra. Raquel Milano expôs que entende ser perigoso a contaminação urbana das unidades de conservação. Relatou que já ocorreu perda de áreas na Flona, por pressões políticas, e que o Parque Nacional é uma ilha de conservação em meio ao ambiente urbano, e que enquanto área protegida insularizada há um risco potencial para a perda da riqueza do ecossistema.</p> <p>Indagou-se se o ICMBio levou em consideração os principais pontos de referência da existência de elementos representativos da fauna e da flora no seu plano de uso público e na elaboração do projeto, em</p>

	<p>especial dado que há uma cadeia faunística relativamente preservada. Asseverou que o Parque é importante para a preservação de elementos representativos do cerrado, e que a crescente urbanização representa uma ameaça aos elementos naturais e bucólicos de Brasília, destacando que as obras e intervenções públicas promovem apenas o desenvolvimento urbano.</p> <p>Questionou se a existência de transporte turístico na área do Parque não seria uma ameaça aos elementos característicos do Parque. Afirmou que considera importante que o incentivo à visitação mantenha os elementos característicos do Parque e da Flona.</p> <p>Em seguida passou a palavra para uma companheira do Instituto Oca do Sol, que não se identificou, e que teceu as seguintes considerações:</p> <p>Afirmou que deve ser apresentada publicamente uma avaliação acerca dos 13 contratos de concessão vigentes, se houve benefícios e investimentos para a sociedade. Afirmou que Iguaçu é a maior concessão em termos de visitação e que, no entanto, há problema nos contratos.</p> <p>Questionou se a avaliação do BNDES avaliou alternativas à concessão. Afirmou que os benefícios das unidades de conservação são o patrimônio público e o benefício do lazer para a sociedade como um todo. Afirmou que o Parque Nacional de Brasília é diferente do Parque Nacional do Iguaçu por não ser turístico, e a população depender de sua existência para o lazer.</p> <p>Afirmou que a concessionária vai explorar o Parque, e não trazer benefícios sociais concretos. Afirmou que o cálculo do valor da entrada está errado e que tem que ser refeito, pois com o valor de ingresso apresentado as contas não fecham. Afirmou que o estudo tem que ser refeito considerando que o Parque será utilizado pela população.</p> <p>Afirmou que o órgão deveria reapresentar o projeto a cada etapa da escuta, e demonstrou insatisfação com o posicionamento do ICMBio de que as considerações poderão ou não ser acatadas, declarando que seria obrigação do órgão acatar as reivindicações sociais e que o órgão deveria ter abertura para cancelar a proposta de concessão. Propôs, por fim, que uma proposta distinta fosse apresentada em consulta pública.</p>
--	--

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Arnaldo, representante do Instituto Cafuringa
Objeto:	O Sr. Arnaldo sugeriu o reforço da comunicação e que as audiências fossem realizadas fora do horário comercial afim de oportunizar maior participação popular.  Sugeriu que as próximas apresentações fossem mais focadas no projeto em questão porque foi gasto muito tempo da apresentação com informações sobre o que é uma concessão em outras unidades de conservação.

Sugeriu que fossem trazidos mais dados sobre a percepção das populações locais sobre as concessões, além de dar detalhamentos sobre como se dá a mitigação do turismo de massa. Afirmou que na Chapada dos Veadeiros, onde se formou guia, a situação vivenciada pelos moradores locais é de marginalização.

Sugeriu que fosse adotado um valor de ingresso para entrada somente no Parque, porque nem todas as pessoas vão usufruir de ambas as unidades de conservação.

Questionou a viabilidade da concessão caso todas as pessoas aderirem aos passaportes, pois assim o valor das receitas ficaria baixo demais.

Questionou a respeito do custo do estacionamento, informando que já é um valor a mais agregado ao custo de entrada no Parque.

Indagou sobre uma informação trazida na apresentação que diz respeito à existência de brigadistas contratados pela concessionária, afirmindo que não tem conhecimento da existência dessas equipes em outros contratos, e solicitou que fossem dadas mais informações sobre esse tema.

Apresentou exemplos de outras unidades, como Parque Nacional do Iguaçu, Parque Nacional do Itatiaia e Parque Nacional da Chapada Veadeiros, afirmando que em todos esses exemplos há valores baixos e descontos expressivos praticados para moradores de comunidades locais, sustentando que o valor do ingresso para a comunidade local deveria ser acessível.

Questionou sobre a visão de inclusão e acessibilidade que perpassa a elaboração do projeto, uma vez que há cobrança de ingresso. Indagou se há uma avaliação de como a concessão impactou a acessibilidade em outras unidades, a partir da cobrança de ingressos.

Afirmou, ainda, que não ficou muito claro como será a implementação da visitação no Poço Azul / Vale do Rio da Palma, em termos dos critérios como ingresso ou cobrança.

Afirmou que a política de gratuidades em função do CadÚnico já é uma política do governo, e que o projeto estaria apenas replicando uma política que já existe.

Questionou sobre a queda de demanda após a COVID-19, com relação a estrutura do Parque e indagou se não foi o valor de ingresso que ocasionou a queda de demanda, posto que ocorreu um reajuste no período.

Questionou ainda sobre o cronograma de investimentos, indagando como se dá a priorização dos investimentos pela concessionária, e quais serão as intervenções realizadas primeiro, uma vez que em sua avaliação as áreas do banheiro e centro de visitantes terão prioridade em relação às trilhas.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Caroline Camilo, vice-presidente do Instituto Cafuringa
Objeto:	<p>A Sra. Caroline Camilo abriu sua manifestação alegando insatisfação devido à baixa presença da comunidade e sugeriu um momento mais adequado para participação da comunidade, indicando que a audiência poderia ocorrer fora do horário comercial, para que fosse mais acolhedor e ampliasse a participação.</p> <p>Criticou que toda a apresentação do projeto foi focada na perspectiva econômica. Afirmou que evento não abordou os valores do Parque Nacional, citando como exemplo os serviços prestados pelas milhões árvores que integram a floresta, e que oferecem oxigênio, água e comida. Afirmou que há uma inversão de valores quando se traz o capital em primeiro lugar, concessionando e vendendo o direito à vida humana.</p> <p>Sugeriu que o discurso fosse reiniciado sob nova perspectiva, reforçando o quanto é importante que as comunidades tenham acesso aos recursos e compreendam a magnitude do Parque Nacional, e que, ao contrário, está-se dando prioridade para uma concessionária lucrar em cima de recursos que são de todos.</p> <p>Afirmou que o valor de ingresso vai tornar inacessível o uso da comunidade que precisa saber da importância do Parque, destacando que, enquanto mãe, não teria os meios para custear os ingressos próprios e de seus filhos nos termos propostos.</p> <p>Afirmou que mesmo entendendo os potenciais benefícios através de uma concessionária, do empenho social, governamental, e estadual para a melhoria de um parque, acredita que a concessão não atingirá os benefícios. Alegou que a principal beneficiada será a concessionária que vai lucrar com o Parque.</p> <p>Indagou se a fauna foi consultada sobre interesse de ter seu último refúgio compartilhado com o potencial de mais de 3.000 pessoas diariamente. Indagou sobre os números da visitação e sobre os estudos socioeconômicos que foram utilizados no projeto</p> <p>Afirmou que, em seu entendimento, o projeto busca desafogar o ICMBio, e que acompanha a gestão do Parque, reforçando que reconhece que a chefe da Unidade, a Sra. Larissa Diehl, trabalha muito e está interessada em proporcionar melhores condições de uso do Parque. Afirmou que, em sua visão, é necessário que a comunidade do entorno do território seja envolvida, pois a comunidade dará um valor ao Parque, ao contrário da concessionária, que buscará o lucro.</p> <p>Questionou sobre o impacto do uso do lago, afirmando que é interessante a possibilidade de fazer uso do lago, mas que é necessário saber o impacto que esse uso causa para a fauna, em função dos grandes mamíferos e grandes espécies que se usufruem daquele espaço.</p> <p>Finalizou agradecendo a todos.</p>

A Sra. Roberta Barbosa iniciou as respostas ao primeiro bloco. Relatou que a quantidade de membros do ICMBio e de instituições parceiras é função da quantidade de instituições envolvidas na elaboração do projeto. Asseverou que as experiências em outros Parques são trazidas à apresentação para ilustrar o resultado de experiências anteriores. Destacou que os resultados das experiências anteriores podem ser consultados no Relatório Anual das Concessões, disponibilizado pelo ICMBio. Afirmou que os dados de visitação no Parque Nacional de Brasília demonstram que há crescimento e queda da visitação em função da abertura das piscinas, e que, quando há abertura das duas piscinas, ocorre a insatisfação dos visitantes, pois cai a qualidade do atendimento ao público. Destacou que o ordenamento é importante para sensibilizar a sociedade e para que seja feito o manejo dos impactos da visitação.

Destacou que a concessão é um dos instrumentos utilizados pelo ICMBio, e que no caso do Parque Nacional de Brasília, em que a visitação é mais alta, torna-se necessário trabalhar com instrumentos mais robustos. Afirmou que a documentação que está disponível para consulta pública ainda não sofreu alterações a partir das manifestações, e que todas as contribuições serão analisadas e consideradas.

Acerca da participação social nas audiências públicas, relatou que se constitui em dimensão que foge ao controle do ICMBio, que pode disponibilizar os espaços, convidar os participantes e divulgar as audiências, mas que a frequência aos eventos não está diretamente sob controle. Destacou que a legislação não estabelece quórum mínimo e máximo, e que a participação social é uma oportunidade de avaliar os pontos relevantes do projeto e a receptividade da sociedade.

Declarou que o ICMBio possui o olhar de mitigação dos impactos do turismo de massa, o que é feito com o ordenamento da visitação. Afirmou que políticas como os passaportes anuais, as isenções, as gratuidades e as meias entradas, são desenhadas para trazer equidade ao acesso.

O Sr. Robson Eneas, do BNDES, iniciou sua fala destacando que a dificuldade de trazer pessoas para as consultas públicas é observável em diversos setores em que o BNDES atua, independentemente do horário das audiências, reforçando que, em sua avaliação, o ICMBio faz um bom trabalho de incentivo à participação, em comparação com outros projetos ambientais e outros projetos do setor público. Asseverou ainda que a participação online pode reduzir a dificuldade e que na audiência anterior houve a participação de 600 pessoas online.

Destacou que o BNDES possui uma série de ferramentas para apoiar a pauta ambiental e a pauta biodiversidade, como o Fundo Socioambiental, o Fundo Amazônia, e o Fundo Clima, mas que cada instrumento tem suas regras de atuação e que, no geral, estes recursos são destinados à construção de infraestrutura, porém que o desafio do projeto é a manutenção e limpeza das infraestruturas, destacando que no projeto tem-se 30 milhões de reais em infraestrutura e 300 milhões de reais destinado à sua manutenção.

Afirmou que a concessão não se configura como a primeira opção, mas que se torna uma opção necessária quando a problemática é analisada do ponto de vista da gestão pública, reforçando que diversos setores se utilizam de contratos de delegação para apoiar o papel do Estado, não apenas na área ambiental.

Destacou que não é papel do BNDES decidir qual caminho seguir, mas sim apoiar o ICMBio com opiniões, destacando que há uma governança federal e que a decisão é tomada em âmbito interministerial, em uma agenda que é coordenada pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Relatou que há um decreto do Presidente da República em que vários técnicos e vários políticos analisam esse processo e indicam o caminho, e que há uma governança e que os servidores atuam dentro dos limites, e que mesmo que haja espaço para opinar, a atuação é com base em decisões que são tomadas por quem está eleito, e pelas normas vigentes. Reforçou que há também uma governança vinculada às atribuições dos órgãos reguladores. Destacou que a equipe técnica se envolve nos projetos porque acredita que o projeto faz sentido, reforçando que se trata de um rascunho que irá passar por uma segunda fase de revisões.

Por fim, destacou que as contas feitas para o projeto se encontram publicadas no site, com a planilha do modelo econômico-financeiro, e que mesmo sendo complicada, passa por várias revisões e está pública. Ressaltou que o modelo de concessão tem uma premissa de que todos os investimentos e custos que vão ser alocados por esse parceiro privado nessa concessão vêm de receitas que ele vai aferir. Nesse sentido, fica consignado que o principal incentivo de um privado entrar nesse projeto é o lucro, porém há obrigações ligadas aos desejos do setor público, se tratando de um contrato onde há uma oportunidade para o privado aferir lucro com base em uma série de regras, havendo, por outro lado, uma série de obrigações, vinculadas a um caderno de encargos. Nesse sentido, afirma que o lucro obedece a uma técnica que estabelece uma taxa de retorno pré-estimada para remunerar um capital investido, e que se evita excedentes ao parceiro privado.

A Sra. Larissa Diehl introduziu sua fala destacando que a criação do Arco Brasília passou a permitir a circulação dos visitantes entre a Flona e o Parque, ampliando o uso das trilhas. Declarou que o plano anual foi limitado a 500 pessoas, e que este número foi avaliado a partir de um levantamento, posto que hoje há menos de 200 pessoas que usam o plano de mensalista. Reforçou que o estacionamento se tornará pago mas que há a possibilidade de usar o estacionamento externo e o transporte interno até as piscinas ou centro de visitantes, que vai circular gratuitamente.

Afirmou, acerca dos brigadistas, que as questões sociais e ambientais foram criteriosamente analisadas pelas equipes técnicas e que a brigada é prerrogativa do ICMBio, e que o combate aos incêndios é uma função que vai ser mantida pelo ICMBio, assim como a fiscalização, e a educação ambiental. Acerca do Rio da Palma, afirmou que sua gestão é uma possibilidade a depender do desenrolar do processo e por isso não está tão explícito como se dará.

Destacou que fora relatado pelo chefe do Parque Nacional de Itaipava que eles dispõem de um montante anual do recurso que é advindo da concessão, que é disponibilizado para a unidade de conservação investir em planos que são compartilhados com o Conselho Consultivo. Declarou que houve em Itatiaia a inauguração recente de uma trilha totalmente acessível que foi resultado desses investimentos. Declarou que em 2020 houve uma alteração na política de isenção e de descontos que é dada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Afirmou que a questão das isenções, dos descontos e das gratuidades foi amplamente discutida dentro do ICMBio, e que as contribuições da sociedade ajudam na avaliação daquilo que foi eleito, apontando para a necessidade de ajustes e adequações, reforçando que é importante fazer o preenchimento dos formulários para que seja manifesta a visão do que é prioritário e importante do processo.

Destacou que a correção dos ingressos acontece anualmente pelo IPCA, e que a única exceção foi durante a pandemia, em função do fechamento das piscinas. Declarou que os contratos terceirizados imprimem dificuldade da máquina burocrática administrativa dar o retorno necessário, a exemplo de processos como os banheiros e as filas para entrada nas unidades, em que acontece de os visitantes esperarem na fila e acabar não acessando o Parque devido à lotação, acarretando reclamações.

Afirmou também que o projeto de voluntariado continuará, uma vez que o fomento ao programa de voluntariado é uma atribuição do ICMBIO que não será delegada ao particular.

Além disso, esclareceu-se que a exploração do Parque pela futura concessionária deverá, também, observar os planos de manejo e de uso público. Ademais, a gestão do Parque continua sendo do ICMBio, não sendo delegada ao particular. Dessa forma, qualquer serviço que a concessionária queira implantar deverá ser aprovado pelo ICMBio.

Expôs-se que o projeto foi elaborado a partir de diversos estudos, inclusive econômicos, que tomaram como premissa cobrar o menor valor de ingresso possível.

Esclareceu-se que o ICMBio envidou todos os esforços possíveis para a ampla divulgação da consulta pública e das audiências públicas, por meio de publicações no Diário Oficial da União, no site institucional e nas redes sociais do Instituto. Destacou-se que a eventual ausência de participação por parte de determinados segmentos ou interessados foge ao controle do ICMBio, que cumpriu plenamente com os requisitos de transparência e publicidade previstos para o processo.

Asseverou, ainda, que o projeto teve como premissa o menor custo possível do ingresso. Por isso, projetou-se planos de ingresso mensais e anuais. Além disso, previu-se que a população hipossuficiente, inscrita no CadÚnico teria acesso gratuito.

Foi esclarecido que os passaportes foram calculados no modelo econômico, com a disponibilização de 500 passaportes mensais e 500 anuais. Esclareceu-se que foi criado o passaporte anual, pois atualmente o Parque conta apenas com o mensal. E que os passaportes representam o mecanismo para lidar com o público que frequenta as unidades de conservação no seu cotidiano e não se encaixam nos benefícios de isenção ou desconto 50%.

Em relação ao questionamento sobre a cobrança para acesso ao Parque Nacional dar direito também à Floresta Nacional e à inexistência de uma opção exclusiva para o Parque, foi informado que há uma trilha recém-inaugurada interligando as duas unidades, com alta demanda de uso, o que justifica a proposta integrada.

Esclareceu-se também que, conforme previsto no projeto, apenas o estacionamento interno será tarifado, enquanto o estacionamento externo à portaria permanecerá gratuito. Para facilitar o acesso dos visitantes, será disponibilizado transporte circular gratuito entre a portaria e a área das piscinas.

Sobre a atuação das brigadas, foi esclarecido que esta é uma prerrogativa do ICMBio, mas que, por meio do contrato de concessão, será possível contar com apoio complementar às ações institucionais.

Em relação à área de visitação denominada Vale do Rio da Palma, explicou-se que ainda não conta com detalhamento completo no projeto, pois sua implementação está condicionada à finalização dos trâmites de regularização fundiária.

Adicionalmente, foi informado que os resultados obtidos em outros contratos de concessão estão disponíveis no site do ICMBio, por meio dos relatórios anuais. Como exemplo, foi citado o Parque Nacional de Itatiaia, onde os recursos da concessão têm sido utilizados para apoiar projetos locais e implementar atrativos com acessibilidade.

Esclareceu-se que, durante o período da pandemia, não foi realizado o reajuste no valor do ingresso. Quanto à variação nos números de visitação entre os anos de 2023 e 2024, destacou-se que diversos fatores influenciaram essa oscilação, sendo um deles a abertura simultânea das duas piscinas em 2024, o que resultou em um aumento expressivo no número de visitantes registrados. Entretanto, foi ressaltado que, apesar do crescimento na visitação, os demais serviços de apoio ao público não foram ampliados na mesma proporção, o que gerou um volume significativo de reclamações, especialmente em relação à oferta e à limpeza dos banheiros. Diante disso, decidiu-se que, ao longo de 2024, apenas uma das piscinas permaneceria disponível para uso.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	César Vitor, representante da Funatura.
Objeto:	<p>O Sr. Cesar Vitor registrou, inicialmente, que a Funatura é a favor da concessão. Afirmou que considera ser positiva a importante a introdução de uma política de gratuidades e de descontos, com a ressalva de que concorda que pode ficar pesado para uma família com crianças, e que poderia ser pensado soluções para acomodar o custo para este perfil.</p> <p>Afirmou que as preocupações dizem respeito à compatibilização do uso público com a conservação, especialmente nas regiões do Lago de Santa Maria. Destacou que, em função da ocupação urbana desordenada do Distrito Federal, as áreas de maiores manchas representativas de cerrado estão acabando. Nesse contexto, asseverou que o Parque Nacional e a APA do Cafuringa, assim como a estação</p>

	<p>ecológica do IBGE, e o núcleo do Jardim Botânico, e a região das águas emendadas, compõe a reserva da biosfera.</p> <p>Atestou que existem pesquisas de longa data levadas por conselheiros da Funatura que também são professores da UnB, que trabalham com mamíferos e com aves, que apontam para a existência de preocupações quanto ao uso classificado como moderado da represa e de seu entorno.</p> <p>Destacou que entre 1998 e 2000 foi elaborado o plano de manejo em que a Funatura foi a executora em parceria com IBAMA, e que desde essa época havia a previsão para a visitação de dia na região do lago, mas que não estava previsto o pernoite. Destacou que a região abriga espécies como a onça, o lobo guará, o tamanduá e diversas espécies de aves, inclusive migratórias. Destacou que entre os rios Milho Verde e o Vargem Grande ocorre a chegada de aves migratórias anualmente entre setembro e janeiro, vindas do Ártico.</p> <p>Afirmou que causa preocupação quanto a quais usos serão autorizados, como por exemplo se será autorizado barco a vela, e toda a estrutura que a atividade demanda. Afirmou que não há um ganho significativo ao projeto de permitir esses usos, para justificar o impacto no ambiente do cerrado, reiterando que considera este uso prejudicial à conservação.</p> <p>Diante disso, sugeriu a possibilidade de exclusão dessa área do escopo de visitação, resguardando-se que tal sugestão foi apresentada a título individual e não representa posicionamento institucional da Funatura.</p>
--	--

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. Albino Gomes, representante da AFAM
Objeto:	<p>O Sr. Albino Gomes inicialmente manifestou seu apoio em relação às manifestações do Sr. César Vitor.</p> <p>Afirmou que é inerente o conflito entre a lógica de mercado e a finalidade ambiental e social.</p> <p>Destacou que a AFAM existe no Parque há 36 anos, e que é uma entidade que representa a comunidade de Brasília dentro do Parque e que pertence ao Parque. Declarou que há preocupação com a perda irreversível do vínculo histórico com o Parque, em particular por serem usuários frequentes. Afirmou que questões como horários e valores de estacionamento e de ingressos, em particular dos usuários frequentes, podem romper com o vínculo histórico de visitantes frequentes no Parque.</p> <p>Alegou que o Parque Nacional é um símbolo de preservação do meio ambiente na região metropolitana de Brasília, que carrega um legado histórico e cultural que transcende sua função ecológica, e que a transferência de gestão para a iniciativa privada pode descaracterizar essa identidade, afastando o sentimento de pertencimento e a memória coletiva que contribui para a formação de cidadania e da consciência ambiental.</p>

	<p>Questionou sobre como pode ser estruturado um mecanismo de fiscalização, e se é possível que as entidades que estão dentro do Parque, como a AFAM, possam acompanhar de forma contínua os impactos ambientais e sociais da concessão.</p> <p>Questionou sobre os instrumentos legais e contratuais que vão ser implementados para garantir a reversibilidade caso as metas da concessão não sejam alcançadas. Indagou sobre os potenciais efeitos negativos caso a concessionária abandone a concessão, com impactos sobre a estrutura, a organização e potencial paralisação completa do Parque, afetando a comunidade.</p>
--	---

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. Wilson, historiador.
Objeto:	<p>Sr. Wilson iniciou sua fala relatando que é historiador e possui mestrado ligado à identificação dos sítios arqueológicos e históricos que serviram de base para o registro do IPHAN, e que atua como voluntário em pesquisas ligadas à história e memória do Parque Nacional desde 2006. Afirmou que sua pesquisa menciona dois sítios, Santa Maria e Pai Velho, que apontam 18 vestígios arqueológicos no Parque Nacional. Relatou que o sítio da Santa Maria está identificado no mapa da apresentação, que o sítio está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, com as coordenadas dos pontos, e que o prosseguimento desse trabalho é um levantamento do perímetro da área, com posterior trabalho de escavações, conforme os protocolos da arqueologia. Reforçou que é necessário dar atenção ao perímetro, que é muito maior do que os pontos, o que poderia levar a permitir acesso de visitantes a uma área com prejuízos exatamente ao sítio arqueológico. Destacou, portanto, que, nas conversas com o IPHAN, deve-se estar atento à delimitação do perímetro.</p> <p>Apontou que no formulário de consulta pública não é emitido o retorno de nenhum protocolo, ou confirmação por e-mail, sugerindo, portanto, que o sistema introduza um protocolo para que as pessoas entendam que há um retorno ou ao menos uma confirmação de recebimento.</p> <p>Afirmou que comprehende os pontos elencados pelo ICMBio e BNDES acerca do modelo de concessão, como sobre o dinheiro que não retorna para o Parque, a burocracia, e demais dificuldades estruturais e de pessoal, mas relatou que é necessário endereçar a questão de como abordar esse problema estrutural uma vez que, se em 30 anos não forem sanados os problemas referentes ao repasse do dinheiro e da quantidade de servidores, será necessária nova concessão, se transformando em um modelo eterno.</p> <p>Destacou que isso representa o enfraquecimento do ICMBio, o enfraquecimento da Unidade de Conservação e a consolidação de um modelo de privatização. Nesse sentido, indagou o que será feito ao longo dos 30 anos para evitar que se repita a com sucessão, e que a concessão se consolide como um modelo eterno.</p>

A Sra. Roberta Barbosa iniciou sua fala reforçando a importância da contribuição da Funatura, inclusive durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque, para o monitoramento da fauna e o monitoramento da visitação. Alegou que o próprio plano de manejo já prevê que os resultados do monitoramento serão utilizados para ordenamento da visitação e que há uma relação desse monitoramento com a implementação do contrato de concessão e o monitoramento da visitação. Reforçou que mecanismos como os encargos acessórios preveem a implementação de projetos na unidade de conservação, com o objetivo de apoiar a gestão da visitação. Destacou, ainda, que o ICMBio trabalha com a diversificação da experiência de visitação nos parques, e que a visitação no lago objetiva uma experiência mais prística, nos termos do zoneamento previsto no plano de uso público, destacando que o pernoite permitido possui características prísticas. Exemplificou trazendo a experiência do crescimento do número de onças no Parque Nacional do Iguaçu, que foi possível com o suporte de diversas parcerias inclusive com o concessionário.

Destacou ainda que a parceria com a AFAM é histórica e precisa continuar pontuando que há um Acordo de Cooperação em vias de ser assinado, e que a premissa do ICMBio é reconhecer a complementariedade entre as parcerias.

Destacou que o lucro é uma figura presente na atuação das concessionárias, mas também na atuação dos autorizatários, dos permissionários, e nos contratos terceirizados, a exemplo dos seis contratos que existem nas unidades. Pontuou que cada um destes instrumentos possui escalas diferentes e se destinam a situações diferentes, registrando que, no caso das concessões, além da implantação e manutenção das infraestruturas, e do serviço prestado, há também um olhar para a melhoria da experiência do visitante, manifesto nos indicadores de desempenho.

Esclareceu que o ICMBio realiza uma análise de todos os projetos antes da implementação e que todas as intervenções devem ser autorizadas previamente.

Afirmou que os visitantes que respondem às pesquisas de satisfação estão contribuindo com a fiscalização do contrato, além da instituição de uma comissão de fiscalização, e da atuação dos conselhos consultivos, todos contribuindo para o controle social de uma forma ampla para o trabalho de fiscalização.

A Sra. Larissa Diehl introduziu sua fala ratificando uma fala anterior, esclarecendo que ainda há o desconto para moradores do entorno, tendo sido suprimido apenas o desconto para brasileiros.

Em resposta ao Sr. Cesar, Larissa narrou que observa animais em todas as regiões do Parque, não apenas no lago de Santa Maria, tendo encontrado uma onça parda próxima da administração. Relatou outras experiências de avistamento de fauna, destacando que se trata de uma experiência de outro mundo, e que gostaria que mais pessoas tivessem essa oportunidade. Informou que o uso público na barragem já acontece, inclusive com incêndios ligados à pesca ilegal, e que a ocorrência de atividades ilegais é identificada pelas equipes de campo, o que justifica que se cumpra as requalificações previstas para essa área conforme discutido no plano de manejo e plano de uso público. Destacou, por fim, que as intervenções são vislumbradas na área da cascalheira, que é uma área degradada, e que o uso previsto é o uso moderado, para que haja a presença de pessoas bem-intencionadas e que defendem a natureza. Relatou que com o Marco

Brasília os problemas que existem, inclusive invasões e atividades irregulares, são denunciados pelos visitantes e ficam claros para a administração.

Declarou que ocorrerá uma oficina para trabalhar o monitoramento do impacto da visitação sobre a fauna no segundo semestre, a ser feita em parceria com centros especializados que apoiam o ICMBio, e que não há problema em fechar atrativos e mudar a estratégia de gestão caso seja identificado o impacto negativo na fauna.

O Sr. Fabio dos Santos afirmou que, apesar de tudo ter impacto, os estudos têm demonstrado que o impacto da visitação é benéfico quando a visitação é ordenada e pensada mediante os instrumentos de planejamento. Destacou que é sob esta premissa que o ICMBio atua, havendo ou não a concessão. Destacou ainda que a recarga hídrica e a qualidade da água estão entre os fatores que foram ponderados no projeto.

A Sra. Ludmila da Costa esclareceu que a fiscalização do contrato e as possibilidades de extinção do contrato por descumprimento da concessionária são institutos previstos legalmente, e que o contrato reproduz esta previsão legal. Destacou que, além destas sanções, o contrato trabalha com mecanismos de monitoramento pelo desempenho, que buscam criar incentivo econômico e produzir alinhamentos de interesses. O Sr. Robson Oliveira destacou que os relatórios de monitoramento de desempenho devem ser publicados, para permitir o monitoramento por toda a sociedade.

O Sr. Leonardo Gomes, Analista Ambiental no ICMBio, afirmou que a concessão é uma decisão de política pública, se constituindo em um dos instrumentos que o ICMBio dispõe para gerir a visitação quando a gestão do serviço de visitação se torna muito complexa. Relatou que a execução financeira no setor público é complexa e que isto não depende da governança do ICMBio. Destacou que o ICMBio persegue o objetivo de manter a conservação e trazer as pessoas ao Parque, e olhar para a visitação como mecanismo de conservação, ao contrário dos parques-fortaleza, modelo aplicado na década de 70, 80, que não funcionou. Destacou que há um desafio de traduzir a linguagem dos documentos do edital, contrato e anexos para uma linguagem adequada à consulta pública. Reforçou que os investimentos na área do lago de Santa Maria se concentram na área da cascalheira, e que esta área está sob efeito de uma obra da CAESB que afetou o nível do lago, que deve retornar ao normal em 3 anos. Destacou que o IPHAN disponibilizará um mapa com os sítios históricos que devem ser considerados no âmbito do contrato, que esse mapa vai ser incluído também nessa documentação pós consulta pública, que a visitação do sítio histórico está prevista no plano de manejo e que poderá ser viabilizada com a concessão, porém depende de estudos para delimitação e planejamento.

O Sr. Moacir Putini se manifestou da plateia, questionando sobre o prazo para prestar o serviço, sobre a remuneração da concessionária para realizar todas as obrigações e como se equilibram receitas e despesas. Outro membro da plateia, não identificado, questionou se no caderno de encargos tem especificação de prazos e multas caso os prazos não sejam cumpridos.

O Sr. Leonardo Gomes pontuou, em resposta, que estes aspectos são avaliados no estudo de modelagem econômico-financeira, que se constitui em uma planilha Excel que está disponível na documentação, onde pode ser verificado que nos primeiros anos a concessionária opera no negativo, em função da necessidade de

implementar as primeiras melhorias, e que este resultado vai se equilibrando ao longo do tempo, o que justifica o contrato possuir 30 anos. Reforçou ainda que o contrato estabelece prazos e multas caso as condições sejam descumpridas.

Em seguida, foram lidos os questionamentos apresentados online no canal de transmissão do ICMBio.

MANIFESTAÇÃO ONLINE 01	
Autor:	Josie Souza, representante do Projeto Yoga na Flona
Objeto:	Indagou como ficarão os projetos criados na Flona
Sra. Roberta Barbosa esclarece parcerias para a realização de eventos podem ser consideradas no âmbito tanto das parcerias institucionais quanto nas cortesias disponibilizadas pelo ICMBio.	

MANIFESTAÇÃO ONLINE 02	
Autor:	Cláudia Ribeiro
Objeto:	Sugeriu que o contrato fosse refeito, considerando as necessidades do público atual e não do público futuro e das necessidades governamentais.
Esclareceu-se que o atual momento do projeto é de colher críticas e sugestões da população justamente para que ajustar o projeto no que for preciso. Foi disponibilizada a possibilidade de realização de outras reuniões sobre o projeto para coleta de contribuições.	

MANIFESTAÇÃO ONLINE 03	
Autor:	Tânia Maria Passos
Objeto:	Informou ser autorizada a conduzir na Flona até 2028. Questionou se a autorização será revogada. Perguntou a respeito dos condutores e guias, se será necessário o cadastro prévio. Indagou a respeito da cobrança de ingresso de pessoas idosas e da população carente, sugerindo a não cobrança.
Sra. Roberta Barbosa esclareceu que as demais parcerias permanecerão mesmo com a existência do contrato de concessão, posto que se trata de uma relação institucional com o ICMBio. Reforçou que a minuta de contrato prevê isenção de cobrança para guias de turismo. Sra. Larissa Diehl afirmou que o credenciamento dos condutores deverá acontecer independente da concessão.	

Por fim, a Sra. Carla Guaitanele, Coordenadora Geral de Uso Público, encerrou o evento agradecendo a presença de todos, reforçando a importância da participação social como parte do processo democrático. Encerrou com um último pedido para que as pessoas espalhem e divulguem informações verdadeiras, mesmo com discordâncias, enriquecendo o processo participativo.